

FMI passando pelo Congresso

Fragelli quer acordo com

BRASÍLIA — O Presidente do Senado, José Fragelli, defendeu ontem a submissão do acordo com o FMI à deliberação final do Congresso, e criticou os líderes da Aliança Democrática que defendem apenas consultas ao legislativo, ao relatar ao Presidente José Sarney as conversações que ele e mais quatro senadores tiveram com congressistas norte-americanos, durante viagem aos Estados Unidos.

— Não comprehendo a posição de congressistas que acham que o Congresso não deva atuar de acordo com as normas constitucionais — disse Fragelli, quando foi informado de que alguns líderes da Aliança Democrática, como o Senador Fernando Henrique Cardoso e os Deputados José Lourenço e Pimenta da Veiga, defendem apenas um mecanismo de consultas do Executivo ao Congresso sobre a questão da dívida externa por considerarem que o Legislativo não está equipado para tratar de tais assuntos com a velocidade exigida.

— Se o Congresso não tiver essa capacidade será marginalizado também nesta Nova República. Se não quer uma democracia plena, então será melhor que tudo continue como está. Tudo está previsto na Constituição, é só consultar o texto e os juristas — acrescentou Fragelli.

O Presidente do Senado disse não ter entrado em detalhes sobre esse assunto com Sarney, limitando-se a relatar os contatos com parlamentares e credores norte-americanos, que demonstraram muito interesse em saber qual será o papel do Legislativo brasileiro na renegociação da dívida do País. Afirmou entretanto, confiar na origem parlamentar do presidente, que por isso não desprestigia o Congresso:

— O Presidente Sarney é um experiente congressista, embora moço. No momento em que as ações se transformarem em novos compromissos que interessem diretamente à nação, o Congresso deverá dar a palavra final. O Presidente terá apoio de todos os partidos, inclusive, eu creio, do PDS. O que penso, como modesto parlamentar, é que o acordo deva ser enviado ao Congresso, para ser votado, podendo sofrer apenas pequenas modificações. Ninguém vai se rebelar contra a posição adotada pelo Presidente Sarney. É muito difícil que o Congresso não o aprove. O que não podemos permitir é a continuidade do alijamento que ocorreu nos anos passados.

Lembrado de que a Carta de Intenção já começou a ser discutida pelas missões do Brasil e do Fundo, Fragelli não soube precisar o momento em que o Congresso será acionado, mas recordou que as Cartas, por seu conteúdo, não representam compromissos, senão o Brasil não teria assinado seis, até agora.

O Presidente da Câmara e do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, disse ontem estar certo de que o Presidente José Sarney dará conhecimento ao Congresso e à Nação quando for tratar da dívida externa. Indagado se os acordo internacionais deveriam passar pelo Legislativo, respondeu:

— Os acordos estão previstos na Constituição. Agora é preciso verificar quando se trata de um acordo e não de negociação — afirmou Ulysses, acrescentando também que o Presidente José Sarney tem fornecido todas as informações à nação sobre a situação do endividamento externo.